

AS PALAVRAS E OS ECOS DE 1792

AUDEMARO TARANTO GOULART

Mestre em Literatura Brasileira. Chefe do Departamento de Letras da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Resumo: *O autor mostra que, a partir de um trabalho intencional na linguagem, patente nos Autos de Devassa, a Coroa Portuguesa procurou apresentar a Conjuração Mineira como uma agitação de baderneiros e traidores, não obstante o movimento ter-se caracterizado como uma autêntica revolução.*

Em um depoimento ao Tribunal da Alçada Régia, o Capitão João Dias da Motta, amigo de Tiradentes, mencionou uma frase, atribuída a Antônio de Oliveira Lopes, o "Fracas Roupas", em que este dizia a dois companheiros que ia beber à saúde *"de quem ainda dentro deste ano de oitenta e nove há de ver novos governadores"*. Apenas isso foi suficiente para envolver Dias da Motta no Processo e levá-lo à condenação de degredo em Angola.

Também Alvarenga Peixoto viu sua situação tornar-se ainda mais complicada no movimento revolucionário, em vista das deduções que se fizeram do simples fato de ele chamar sua filha de *"Princesa do Brasil"*.

A alusão às duas situações pretende levantar a questão da importância das palavras, reconhecida no fato de que a língua institui a realidade, significando isso que a maneira como ela é usada pode mudar inteiramente o curso dos acontecimentos.

Uma leitura dos *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*, atenta às particularidades lingüísticas, vem confirmar que o sentido estabelecido pelas palavras nada mais é que a ordenação do real. E é exatamente esse poder que abre à linguagem a oportunidade de colocar em circulação as mais diferentes ideologias.

No caso específico da Conjuração Mineira, pode-se perceber como a ideologia do poder lusitano procurou estabelecer uma verdade que consistia em pintar o movimento de Minas como uma agitação de baderneiros e traidores. E muito do êxito que, nessa direção, as autoridades conseguiram,

à época, deveu-se a um trabalho intencional na linguagem, a partir do qual se esculpiu a ideologia da Metrópole, interessada em mostrar o hediondo crime de lesa-majestade que fora cometido por uns poucos e desvirtuados súditos.

A ideologia que as autoridades lusas puseram em circulação pode ser entrevista na escolha dos termos com que se rotulou a Revolução de Minas: "*rebelião*", "*discursos sediciosos*", "*execrandos projetos*", "*subversão*", "*infame resolução*", "*pérfidos projetos*", "*infame conjuração*", "*revolta*". Fica, assim, bem clara a intenção de levar a população a presumir que ali estava sendo julgado um grupo de traidores, esquecidos de seus deveres e inteiramente voltados para o mal. As pessoas, desse modo, eram encaminhadas ao auto-engano. E esse é o conceito de ideologia como *ilusão*, que Ferruccio Rossi-Landi aproveita de Jaspers. Nesse sentido, destaca-se uma contraposição entre coisas verdadeiras e reais, por um lado, e falsas interpretações, por outro. Daí a afirmação de Rossi-Landi de que, em tal conceito, "*pode haver um objetivo social induzindo-nos a nos auto-enganarmos, embora não tenhamos, necessariamente, consciência dele*".¹

Dos termos usados pelas autoridades lusas, dois se destacam: "*rebelião*" e "*revolta*". E há razões para isso. Octavio Paz ocupou-se, num ensaio, de estabelecer um confronto entre os vocábulos "*revolta*", "*rebelião*" e "*revolução*". Para o pensador mexicano,

"as diferenças entre o revoltoso, o rebelde e o revolucionário são muito marcadas. O primeiro é um espírito insatisfeito e intrigante, que semeia a confusão; o segundo é aquele que se levanta contra a autoridade, desobediente ou indócil; o revolucionário é o que procura a mudança violenta das instituições".²

Evidencia-se do confronto entre os três vocábulos o deturpado sentido que os portugueses quiseram atribuir à Revolução de Minas. Era-lhes, sob todos os aspectos, absolutamente necessário subtrair às ações o seu caráter revolucionário. Daí a insistência em caracterizar o movimento como revolta ou rebelião, ou seja, pretendia-se apontar nele um espírito de intriga e de desobediência, cujo objetivo era trair a confiança da Rainha.

E para isso, tornava-se imprescindível marcar a Conjuração como obra erguida pelo braço de um artífice que se destacara flagrantemente dos demais. O objetivo era realçar o rebelde ou o revoltoso porque não é próprio de revoluções serem arquitetadas por um só indivíduo. E Tiradentes, o líder do movimento, prestava-se muito bem a essa finalidade. Afinal, tratava-se de um ex-tropeiro, de reduzida instrução, um simples Alferes da cavalaria paga da Capitania de Minas Gerais, sobre quem até mesmo os companheiros faziam juízos pouco abonadores. É o que mostra Oiliam José, no seu livro sobre Tiradentes, lembrando que Cláudio Manuel da Costa e Alvarenga Peixoto consideravam-no "*tapado, ignorante, primário e língua-solta*".

Além disso, jogava-se com a possibilidade de enquadrar a

Conjuração no rol dos levantes sediciosos que surgiram amiúde em países latinos, no século XVIII, sempre caracterizados como movimentos a que faltavam idéias cristalizadas e ações minuciosamente planejadas.

É preciso reconhecer que esse trabalho deitou raízes profundas, pois, ainda hoje, inúmeros historiadores admitem a tese de que o sucesso das ações dos conjurados dependeria da Derrama. E, aí, ficava-se no terreno da imprevisibilidade, numa referência clara de que ao movimento faltavam os elementos essenciais de uma revolução organizada: idéias definidas, ações minuciosamente planejadas e um credo filosófico que orientasse tudo o mais.

Também as atitudes de Tiradentes são invocadas em abono da tese de que se estava diante de uma revolta, uma vez que o Alferes, ao tentar ganhar adeptos para a causa, deixava-se tomar por um entusiasmo que o levava a relatar minúcias do movimento. Esse não era, de fato, o procedimento típico do revolucionário, de quem se exige prudência e continência de palavras na propagação do ideário revolucionário.

Tais atitudes, exploradas, ao máximo, pela ideologia do poder luso, municiava delatores do tipo do Tenente-Coronel Basílio de Brito Malheiro do Lago, que reduziu todo o movimento a uma simples bravata, que tinha objetivos estreitos e pérfidos. É o que se deduz do testamento desse português, em que, referindo-se ao ódio com que ele passara a ser tratado pelos brasileiros, afirma: *"todo povo das Minas e mesmo de todo o Brasil me concebeu um implacável ódio, depois que se premeditou uma conjuração nas Minas para matarem o Visconde de Barbacena"*.³

Outro aspecto revelador do traço ideológico com que as autoridades pintaram o movimento é a própria sentença da Alçada. Ela é, na verdade, uma grande farsa. Na manhã de 19 de abril de 1792, na sala do Oratório da Cadeia, a sentença condena ao enforcamento, além de Tiradentes, outros dez réus. No dia seguinte, excetuando-se Tiradentes, a pena dos demais é comutada. Olliam José assim se refere ao episódio:

"Então, como se houvessem passado a outras regiões de sonho, aqueles que se preparavam para morrer, horas depois, viram voltar o mesmo Escrivão Rocha e ouviram-no ler-lhes o texto, até aquele instante secreto, menos para os juizes, da Carta-Régia de 15 de outubro de 1790. Por meio dela, a Rainha comutara, quase dois anos antes, a pena última em degredo perpétuo, de modo tão bem estudado que o benefício abrangeria dez deles, com exceção de Tiradentes, ao qual se reservava a morte na forca! Tudo em perfeita consonância com a hábil e estudada política de atemorizar os povos do Brasil e, ao mesmo tempo, oferecer-lhes a impressão de que a mais pura benignidade morava no coração da Soberana e de seus Ministros".⁴

Assim, ao condenar todos os principais acusados à forca, o Estado luso dava mostras do rigor com que se deveria punir o *"execrando crime"*.

Entretanto, a comutação da pena ultrapassa a aparente simplicidade de raciocínio de que se tratava de pura benignidade da Rainha. Na verdade, era uma jogada ideológica que procurava caracterizar o movimento como uma revolta, obra de um tresloucado que ousou desviar-se das virtudes da fé, da fidelidade e da honra. Como diz Octavio Paz, tais virtudes

*"acentuavam o vínculo social e correspondiam a outros tantos valores comuns: a fé, à Igreja como encarnação da verdade revelada; a fidelidade, à autoridade sagrada do monarca; a honra, à tradição fundada no sangue. Essas virtudes tinham sua contrapartida na caridade da Igreja, na magnanimidade do rei e na lealdade dos súditos, fossem eles plebeus ou senhores".*⁵

Nessa intenção repousa a trama urdida pelos juizes do Reino. Na medida em que a justiça é o paradigma da revolução, a revolta é um movimento que se levanta a partir do inconformismo mas que, de qualquer forma, não perde de vista a noção de que a autoridade do rei é sagrada. Daí que Octavio Paz caracterize admiravelmente a noção, dizendo: *"Iguatária, a revolta respeita o direito divino do monarca: de rey abajo, ninguno. Sua violência é a do embate das ondas contra o rochedo: cobre-o de espuma e retira-se".*⁶

Até aqui, algumas referências foram feitas ao conceito de "revolução": mudança violenta das instituições, participação de várias pessoas, ações planejadas, ideário desenvolvido e sustentação no princípio da justiça.

Vamos desenvolver o conceito, a fim de que se possa mostrar como o movimento de Minas foi, de fato, uma revolução, pois é inegável a prestígio filosófico em que se assentava. Justificativa primeira dessa afirmação é o fato de que era absolutamente impossível, na época, manter todas as pessoas alheias ao que ocorria na França, onde as idéias iluministas passaram a indicar o movimento revolucionário como a via de instauração de uma nova ordem, a busca da liberdade, num necessário rompimento com as formas de dominação.

Assim, revolução é, antes de tudo, um movimento da razão, ou, de acordo com Octavio Paz, é filosofia em ação, crítica convertida em ato, violência lúcida. Essa é a razão para que Maria Zilda Cury, no ensaio *"Revolução e identidade nacional"* procure operacionalizar o conceito, buscando a palavra autorizada de Hannah Arendt:

"(...) só podemos falar de revolução quando ocorre mudança no sentido de um novo começo, onde a violência é empregada para constituir uma forma de governo completamente diferente, para conseguir a formação de um novo corpo político onde a libertação da opressão visa, pelo menos, à constituição da liberdade. (...) o espírito revolucionário dos últimos séculos, isto é, a ânsia de libertar e de construir uma nova casa onde a liberdade possa morar, não

tem precedentes nem semelhança em toda a história anterior".

Hannah Arendt elege, pois, a Revolução Francesa como marco paradigmático para mostrar o conceito, e é interessante observar como, a partir dele, Maria Zilda vai constatar que *"as mudanças políticas no Brasil sempre se caracterizaram pelo seu caráter não-revolucionário"; daí sua concludente afirmação de que os "momentos de mudança registrados por nossa historiografia podem ser conceituados como "revolução passiva" - para usar a terminologia gramsciana - caracterizando como conservadores os processos de modernização que marcaram a nossa história".*⁷

Nesse painel é possível situar o movimento de Minas, a partir de algumas considerações. A começar pelo fato de que ele se arrimava numa filosofia muito clara. Se nos valermos, mais uma vez, da palavra de Octavio Paz, veremos que, a partir do século XVIII, *"a razão se torna um princípio político subversivo. O revolucionário é um filósofo ou, pelo menos, um homem de idéias"*.⁸ Ora, mesmo sendo um indivíduo sem instrução acadêmica, Tiradentes era, claramente, um homem de idéias. Basta citar apenas um de seus projetos - a canalização das águas dos rios Laranjeiras e Maracanã, no Rio de Janeiro - para se confirmar o seu espírito técnico e, ao mesmo tempo, criativo, de vez que seu plano pretendia solucionar, já naquele tempo, o angustiante problema de abastecimento d'água da cidade.

Também são reveladoras de puro racionalismo suas idéias a respeito da siderurgia mineira, tendo em vista seu correto vaticínio de que, na utilização do ferro, estaria o desenvolvimento da civilização.

Além disso, pouco se precisará dizer para exaltar a figura do grande erudito que foi Álvares Maciel. Acadêmico de notável evidência, na Universidade de Coimbra, seu título de Bacharel em Filosofia era bem uma mostra de sua formação cultural eclética e profunda. Viajando pela Inglaterra e França, entrou em contato com as idéias revolucionárias e sonhou com sua transposição para o Brasil. Ao lado de outros intelectuais importantes, como Cláudio Manuel da Costa e Ignácio José de Alvarenga Peixoto, ambos também formados pela Universidade de Coimbra, constituiu o que seria a face filosófica do movimento.

Além deles, os sacerdotes formaram outro grupo de grande influência. Também bebendo na fonte da filosofia, combateram em nome da justiça, encarada como virtude instrumentalizada pela razão. Por esse motivo, para eles, a justiça - calcada no lema da Revolução Francesa: fraternidade, igualdade, liberdade - operacionalizava-se de modo universal, tal como a razão, ignorando a arbitrariedade e a piedade.

Dos eclesiásticos envolvidos, esplendem as figuras de três deles. Cônego Luís Vieira da Silva, dotado de grande inteligência e possuidor de vasta cultura, foi o principal nome do movimento, sendo superado apenas por Tiradentes. Seu racionalismo ganhava sempre adeptos à causa tal a lógica com que, no desenvolvimento de seu raciocínio, mostrava o absurdo da

dependência a Portugal e a exploração a que os brasileiros se submetiam.

Os outros dois sacerdotes que merecem lugar de destaque no plano da projeção filosófica do movimento são o Padre Carlos Correia de Toledo e Mello, dotado de grande talento e também de incrível poder de persuasão e o Padre José da Silva e Oliveira Rolim, que aliava a uma boa cultura uma fantástica disposição para a luta. Impressionou vivamente a todos o ânimo forte com que enfrentou o Processo, jamais deixando de revelar serenidade e confiança na justeza da causa por que se sacrificara.

Outro aspecto que precisa ser ressaltado é o de que uma revolução, como foi colocado pelos autores citados, não prescinde da violência, pois, é a partir da derrubada de princípios, valores e do poder político estabelecido que se consegue impor uma nova forma de governo. Só assim, se constrói a casa onde a liberdade pode morar, como disse Hannah Arendt.

Nesse particular, o movimento de Minas pode, mais uma vez, ser identificado à revolução. Veja-se, a propósito, o depoimento de Domingos Vidal de Barbosa, referindo-se a uma das atribuições conferidas a Tiradentes. Os *Autos de Devassa*, à página 171, reproduzem, com clareza, suas palavras, informando a determinação de que "*o Alferes Joaquim José fosse a Cachoeira, e matasse o Excelentíssimo Senhor General; e que trazendo a cabeça a havia de mostrar ao Povo subindo a lugar alto, e dizendo - Este era, quem nos governava; de hoje em diante viva República*".

Outros aspectos podem ser colocados para mostrar o caráter revolucionário do movimento de Minas, marcado pelo ideário transformador que se queria imprimir à nascente república. É o caso da nova administração, a ser instalada em São João del Rei, da Escola Superior em Vila Rica, que iniciaria o processo da educação qualificada, assim como os planos de implantação de projetos ligados à siderurgia e o desenvolvimento industrial das novas Minas que se queriam constituir. E tudo isso, já esquematizado, era resultado do trabalho e do descortínio não de um único elemento, mas de um grupo em que se misturaram intelectuais, sacerdotes, militares, grandes e pequenos proprietários. A Conjuração era, de fato, uma revolução, não há como negá-lo, principalmente porque ela se podia definir com as palavras de Octavio Paz: "*Revolução designa a nova virtude: a justiça. É uma virtude que não depende do poder ou do sangue. Revolução: palavra dos justos e dos justiceiros*",⁹ e era isso que animava os principais conjurados, a começar por Tiradentes.

Quanto ao Alferes, é preciso reservar-lhe um espaço final. Justo e justiceiro, Tiradentes, mais que qualquer outro, encarnou o papel da liberdade. Seu pecado, se assim se pode dizer, foi o ardor revolucionário que, muitas vezes, levou-o ao descuido de falar dos planos sem atentar na qualidade da platéia. É, no entanto, inegável o seu elevado poder de propagar as idéias, ganhando adeptos para o Movimento; bem como inequívoca foi sua liderança, que resultava do desassombro e da convicção com que se punha na

condução da causa.

A figura de Tiradentes no Movimento foi tão destacadamente superior à dos demais revolucionários que sua posição motivou, a alguns acusados, pretextos diferentes, na tentativa que fizeram para eximirem-se da reponsabilidade. Assim é que uns aproveitaram a ascendência do Alferes para transferir-lhe toda a culpa, enquanto outros, objetivando descaracterizar o movimento, investiram na idéia de que ninguém se levantaria seriamente contra a Coroa, tendo na liderança pessoa a quem faltavam instrução, posição social e recursos financeiros.

Esse é o caso, por exemplo, de Tomás Antônio Gonzaga que, pretendendo reduzir a importância dos acontecimentos, tentou ridicularizar a figura do Alferes, em depoimentos bem como em versos, como se vê na sua lira 69:

*"Ama a gente assisada
a honra, a vida o cabedal tão pouco,
que ponha uma ação destas
nas mãos de um pobre, sem respeito e louco?
E quando a comissão lhe confiasse,
não tinha pobre soma,
que por paga ou esmola lhe mandasse?"*

Aí está patente o desespero de Gonzaga que, para defender-se, valeu-se até da poesia, mas fica também evidente a diferença que havia entre ele e Tiradentes. Enquanto o Alferes perseguia um ideal, ao poeta importavam, em primeiro plano, as coisas materiais (o que vale é o cabedal), e isso é um argumento de peso que ele usou. Por essas e outras é que a História precisa reescrever a trajetória de Tomás Antônio Gonzaga, conferindo-lhe o devido lugar no movimento de Minas. E esse lugar não há de ser no mesmo plano de Tiradentes, ou próximo a ele, como até agora se tem feito.

Juízos dessa natureza é que levaram historiadores como Joaquim Norberto de Souza e Assis Cintra a escreverem textos que procuraram demolir a figura do Alferes, taxando-o de incapaz e de visionário ridículo e alienado. É bem verdade que Joaquim Norberto, em trabalho posterior, reparou sua injustiça; todavia não deixa de ser lamentável que a pesquisa histórica, nesses casos, fosse tão mal conduzida. Vale, pois, o registro do que, com muita propriedade, disse Almir de Oliveira:

"Pobre, sem respeito e louco"!... Se alguma loucura moveu a alma de Tiradentes, outra não foi senão aquela que tem traçado os grandes rumos diferenciadores das idades, riscando na amurada dos séculos um nome luminoso".¹⁰

A liderança de Tiradentes pode ainda ser medida nas palavras e atitudes de Alvarenga Peixoto e de Cláudio Manuel da Costa. O juízo de que se tratava de alguém *"tapado, ignorante, primário e língua-solta"* deixa traír

um despeito implícito que sentiam aqueles companheiros, de cultura e patente superiores às do Alferes. Não é outro motivo que levou Alvarenga a propor que o movimento não tivesse um chefe, conforme nota bem Oiliam José:

*"A razão fundamental dessa tomada de rumos trazia, apesar do extremo cuidado com que a manifestava Alvarenga, evidentes intuítos secundários. Era, em última análise, fórmula para afastar a ascendência do Alferes sobre os conjurados. Ninguém como ele planejou os pormenores da operação, ninguém mais ativo e aliciador que ele. E o resultado dessa natural superioridade de Joaquim José seria caber-lhe, em pouco tempo, a direção de fato do movimento".*¹¹

De resto, basta ler os *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira* e outros textos ligados ao Processo para se perceber, nessas fontes inquestionáveis, quem foi o cidadão Joaquim José da Silva Xavier.

Depois de tudo, impõe-se uma reflexão sobre o "fazer história". Como se sabe, estão em permanente tensão a história institucional, que é a visão dos vencedores, geralmente produzida por aparelhos ideológicos - Estado, Igreja, partidos políticos - e a visão dos vencidos ou dos dissidentes. Aquela é uma usina sempre reativada, objetivando criar uma consciência a partir da interpretação dos fatos, segundo seus seguidores; esta é uma batalha que se trava na orla dos abismos onde, muitas vezes, se recalcam as verdades, e seu objetivo é fazer emergir uma nova visão dos acontecimentos.

O que este trabalho procurou, no seu primeiro plano, foi justamente mostrar que há uma versão dos acontecimentos das Minas dos setecentos - detectável nas palavras que os põem em circulação - esculpida pela Coroa portuguesa, com o objetivo de descaracterizar o movimento liderado por Tiradentes. De revolução autêntica, as ações de então foram mostradas como revolta, como rebelião. E é absolutamente imprescindível que os historiadores brasileiros fixem a necessidade de se reescrever essa parte da nossa História. E quando dizemos "reescrever", estamos nos referindo a um trabalho na linguagem, a um trabalho em cima de algumas palavras fundamentais. A bem dizer, os livros de história que falam do movimento de Minas quase não o chamam de revolução, mas insistem em caracterizá-lo como revolta, rebelião e outros termos. Mesmo a palavra Conjuração - talvez a mais usada - não consegue abrigar o verdadeiro sentido das ações daquela gente das Gerais. E, pior do que ela, entronizou-se um outro termo, ainda mais carregado de conteúdo ideológico: "Inconfidência". A rigor, inconfidência é *"falta de fidelidade para com alguém, particularmente para com o soberano ou o Estado"*. Essa idéia de *"trair o soberano"*, contida no vocábulo, foi explorada ao máximo pelas autoridades lusas, daí o interesse em realçar o termo.

O próprio *Dicionário Aurélio* - que registra a acepção acima - ao referir-se ao termo "Conjuração", fala de *"conspiração contra uma autoridade*

estabelecida". Sem dúvida, essa é uma colocação desvestida do conteúdo ideológico. Aí não se faz presente a idéia de traição e infidelidade. Mas o que ressalta, de modo ainda mais significativo, é que o próprio *Aurélio*, ao falar de *Conjuração Mineira*, anota, no final do conceito: "*Também se diz, mais freqüentemente, porém com menos propriedade, Inconfidência Mineira*".

Essas imprecisões, produzidas pelo tempo e pela mudança das instituições, são um permanente desafio ao discurso histórico, sugerindo a necessidade de que os fatos históricos sejam constantemente revisitados. Como diz o intelectual francês Marc Ferro, mesmo que o Estado aprimore o modo de fazer circular as versões oficiais, sempre existirão "*zonas de memória coletiva*" e historiadores dispostos a corrigir distorções.

A sugestão, no sentido de que se repensem as palavras com que se caracteriza o movimento de Tiradentes, supera em muito a idéia simplista de que se está apenas diante de um problema lingüístico. Como havíamos dito, no início, é a língua que ordena o real, e para que se tenha uma idéia de como a linguagem é, de fato, a morada do ser, como diz Heidegger, recolhemos de Foucault a lição de que

"ela é uma mediação necessária para todo o conhecimento científico que queira manifestar-se como discurso. Mesmo que o olhar da ciência a disponha, desenvolva a análise, a linguagem ressurgue sempre do lado do sujeito que conhece (...) E o que ela descobre não é a soberania de um discurso primeiro, mas o fato de que somos, antes de qualquer das nossas palavras, por íntima que seja, dominados e repassados pela linguagem".¹²

Parece-nos, pois, ante as afirmações do pensador francês, desnecessário insistir na importância das palavras e nos efeitos delas decorrentes, ou seja, nos seus ecos. Elas conseguem até mesmo esconder o fato de que em Minas, no final dos setecentos, urdiu-se uma revolução. Se, como disse Maria Zilda Cury, os momentos de mudança registrados por nossa historiografia podem ser conceituados como "*revolução passiva*", é porque aquela "*revolução ativa*", que Tiradentes liderou, não teve êxito devido exclusivamente a um pequeno senão: o de que os traidores também ajudam a esculpir a História.

Abstract: The words and echoes of 1792. The author shows that, with basis on an intentional working of language, patent in the "Autos de Devassa" (the official process), the Portuguese Crown seeked to present the "Conjuração Mineira" (the insurrection against tax collection in Minas Gerais) as a movement of traitors and rioters, despite its features of an authentic revolution.

NOTAS

- 01 ROSSI-LANDI, Ferruccio. *Ideologia*. Barcelona: Editorial Labor, 1980. p. 36.
- 02 PAZ, Octavio. *Signos em rotação*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972. p. 262.
- 03 REVISTA do Arquivo Público Mineiro, ano I, 1986, p. 414.
- 04 JOSÉ, Oiliam. *Tiradentes*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1985. p. 170-1.
- 05 PAZ, Octavio, op. cit. p. 263
- 06 Id. Ib.
- 07 CURY, Maria Zilda F. Revolução e identidade nacional. *Cadernos da Pró-reitoria de Extensão da PUC-MG*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 61-7. mar. 1991.
- 08 PAZ, Octavio, op. cit. p. 263.
- 09 Id. ib.
- 10 OLIVEIRA, Almir. *Gonzaga e a Inconfidência Mineira*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1985. p. 141.
- 11 JOSÉ, Oiliam, op. cit. p. 132.
- 12 FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. Trad. Antônio Ramos Rosa. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda.; s.d. p. 391.